

Mulheres, crise climática e COP27: o protagonismo feminino sob a lente da justiça climática

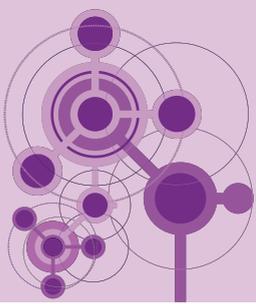
Women, climate crisis, and COP27: the female protagonist role under the lens of the climate justice

Mujeres, crisis climática y COP27: el protagonismo femenino desde la perspectiva de la justicia climática



Maria Daniela de Araújo Vianna

- Pós-doutoranda do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (USP), no grupo de estudos Saúde Planetária Brasil, com bolsa do Programa USPSusten.
- Doutora em Ciências Ambientais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental da USP (PROCAM/USP).
- Jornalista.
- Comunicadora climática.
- E-mail: daniela.vianna@usp.br



Resumo

A 27ª Conferência do Clima da Organização das Nações Unidas pouco avançou nas metas para redução das emissões de gases de efeito estufa. Sob a lente da justiça climática, este artigo explora como as mulheres, embora tenham sua participação no debate climático global muito aquém da esperada, são as que mais sofrem com os efeitos climáticos. Aponta, também, como o protagonismo feminino pode contribuir com soluções, a partir da revisão de documentos oficiais e de entrevistas com brasileiras que defendem territórios, modos de vida e direitos intergeracionais.

PALAVRAS-CHAVE: MUDANÇAS CLIMÁTICAS • ONU • GÊNERO • JUSTIÇA CLIMÁTICA • ATIVISMO CLIMÁTICO.

Abstract

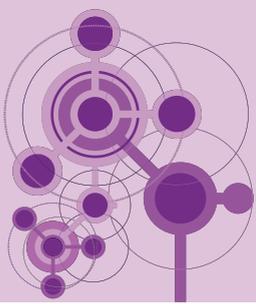
The 27th Climate Conference of the United Nations made little progress in the goals for the reduction of greenhouse gas emissions. Under the lens of climate justice, this article explores how the women, although their participation in the global climate debate is below expectations, are the most impacted with the effects of climate change and how female protagonist role can contribute to solutions, based on the review of official documents and interviewees with Brazilian women who defend territories, ways of life, and intergenerational rights.

KEYWORDS: CLIMATE CHANGE • UN • GENDER • CLIMATE JUSTICE • CLIMATE ACTIVISM.

Resumen

La 27.ª Conferencia del Clima de las Naciones Unidas avanzó poco en las metas de reducción de emisiones de gases de efecto invernadero. Basándose en la perspectiva de la justicia climática, este artículo explora cómo las mujeres, aunque su participación en el debate climático está lejos de lo esperado, son las que más sufren con los efectos climáticos y cómo el protagonismo femenino puede contribuir con soluciones mediante la revisión de documentos oficiales y de entrevistas con brasileñas que defienden territorios, modos de vida y derechos intergeneracionales.

PALABRAS CLAVE: CAMBIO CLIMÁTICO • ONU • GÊNERO • JUSTICIA CLIMÁTICA • ACTIVISMO CLIMÁTICO.



INTRODUÇÃO

Os eventos extremos, que aumentam em intensidade e frequência ano a ano em todos os continentes, não deixam dúvidas de que a crise climática já está em curso, acontecendo aqui, agora, no nosso quintal. O fenômeno vai atingir a todos, mas as populações mais vulneráveis – e que menos contribuíram para a crise climática global na qual estamos todos mergulhados – são e serão desproporcionalmente mais impactadas pelos efeitos dessa emergência que está em curso (IPCC, 2022a).

Não são necessárias lentes especiais para entender que, entre os mais vulneráveis, encontram-se, em sua maioria, mulheres, crianças e idosos. Fome, doenças, destruição decorrente de chuvas torrenciais, migrações em massa por falta de condições de vida e sobrevivência nos territórios, países inteiros correndo o risco de submergir devido ao aumento do nível do mar nas ilhas insulares do Pacífico, quebras de safra de grãos e prejuízos econômicos. Esses são apenas alguns dos efeitos colaterais – a lista é grande.

A mudança do clima é consequência da ação humana, principalmente pela queima de combustíveis fósseis praticada desde o início da revolução industrial, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU, 2022). Fomos a única espécie capaz de alterar o clima do planeta. Se somos parte do problema, temos de ser parte da solução.

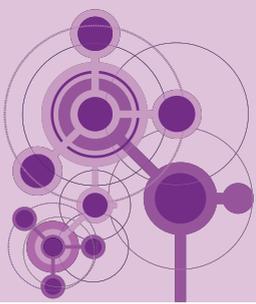
“Todos nós seremos afetados pelas mudanças climáticas.” A frase, utilizada em algumas campanhas de sensibilização para o tema, omite que, dentro do pronome “nós”, alguns sofrerão muito mais os impactos desse processo do que outros: “a degradação ambiental e os impactos causados pelas mudanças climáticas não são democráticos. Eles têm cor, raça, gênero e classe social certa” (Iacovini; Vieira, 2020, p.2).

Qual o papel das mulheres frente à crise climática? Como está a representatividade de gênero nas esferas internacionais de tomada de decisão na ONU? Essas são algumas das perguntas que buscaremos responder neste artigo.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Mudanças climáticas

O *Sexto Relatório de Avaliação* do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC – Intergovernmental Panel on Climate Change), considerado o estado da arte da ciência climática, é taxativo em dizer que a realidade, como conhecemos hoje, está severamente ameaçada (IPCC, 2022b) – isso se medidas urgentes não forem adotadas desde já para reduzir drasticamente as emissões de gases de efeito estufa (GEE) e estabilizar o aumento da temperatura média do planeta em 1,5°C até o fim do século, na comparação com o período pré-industrial (1850). A recomendação do IPCC (2022b) é de que as emissões devem ter uma redução de 43% até 2030 para que a meta seja atingida. Entretanto, caminha-se na direção oposta. Em 169 anos, 240 gigatoneladas equivalentes de dióxido de carbono (CO₂) foram emitidas na atmosfera (IPCC, 2022b). De acordo com a ONU, as emissões globais devem aumentar em 10,6% até o final desta década caso os países que ratificaram o Acordo de Paris não ampliem os compromissos de redução das emissões assumidos (UNFCCC, 2022c). Thomas (2022) aponta que “as propostas apresentadas pelos governos para reduzir as emissões até o momento são insuficientes para evitar um aquecimento global ‘catastrófico’”.



Estudos de atribuição elaborados com base em metodologia desenvolvida por pesquisadores do Imperial College of London – correlacionando eventos extremos às mudanças climáticas – demonstram que as chuvas torrenciais que atingiram o estado de Pernambuco entre os dias 27 e 28 de maio de 2022, deixando um rastro de destruição e mortes, com 133 vidas perdidas e 25 mil pessoas desalojadas, foram 20% mais intensas do que seriam se não houvesse o aumento da temperatura média do planeta (Climate change..., 2022b). Outras pesquisas da World Weather Attribution mostram a mesma correlação de causa e efeito em eventos extremos. Uma refere-se à esturricante onda de calor na América do Norte, em junho de 2021, quando os termômetros registraram recorde de 49,6°C no vilarejo de Lytton, no Canadá (Western..., 2021). Outra indica que as mudanças climáticas tornaram 80 vezes mais prováveis as fortes chuvas que mataram mais de 800 pessoas na Nigéria, Níger, Chade e países vizinhos, na África Ocidental, entre junho e outubro de 2022 (Climate change..., 2022a).

Agenda climática internacional

O secretário-geral da ONU, António Guterres, ao avaliar a crise da covid-19, declarou o seu descontentamento com os caminhos da diplomacia internacional:

O covid-19 foi comparado a um raio-x, revelando fraturas no frágil esqueleto das sociedades que construímos. Está expondo falácias falsidades em todos os lugares: a mentira de que o livre mercado pode oferecer assistência médica para todos; a ficção de que o trabalho de cuidado não-remunerado não é trabalho; a ilusão de que vivemos em um mundo pós-racista; o mito de que estamos todos no mesmo barco. Enquanto estamos todos flutuando no mesmo mar, é claro que alguns estão em super iates, enquanto outros se agarram aos destroços à deriva. (Behar, 2021)

Ele possui discurso semelhante ao referir-se à crise climática e cobra urgência, ética e compromisso dos países-membro da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC – United Nations Framework Convention on Climate Change) na adoção de medidas para reduzir as emissões de GEE.

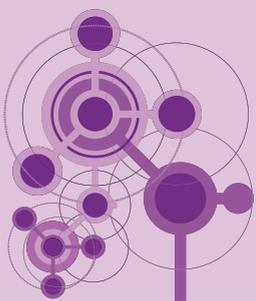
A UNFCCC tem DNA brasileiro. Ela é fruto de um tratado internacional resultante da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, também conhecido como Cúpula da Terra ou Rio-92, realizada no Rio de Janeiro, em 1992. A constituição da convenção foi aprovada por unanimidade por representantes dos mais de 190 países que participaram daquele encontro multilateral em solo brasileiro.

As Conferências das Partes, ou COPs, como são conhecidas, ocorrem no âmbito da UNFCCC, e são realizadas para avançar na agenda climática global. Desde a COP1, realizada em 1995 em Berlim, na Alemanha, até 2022, já foram realizados 27 encontros de líderes dos países-membro. O mais recente foi a COP27, ocorrida entre os dias 6 e 20 de novembro de 2022 em Sharm El-Sheikh, no Egito.

As decisões diplomáticas são norteadas por relatórios científicos produzidos por pesquisadores ligados ao IPCC. Os cientistas fazem ciclos de avaliação, a partir de revisão bibliográfica de dezenas de milhares de artigos relacionados à ciência climática, estabelecem cenários e fazem sugestões aos tomadores de decisão. O ciclo mais recente de publicações (*Sixth Assessment Report* – AR6) é composto por relatórios produzidos por 743 pesquisadores distribuídos em três grupos de trabalho (IPCC, 2022b).

Baixa representação feminina

As tomadas de decisão da UNFCCC – e da ONU, em geral – são feitas, prioritariamente, por homens brancos. Embora sejam as mais afetadas pela crise climática, as mulheres ainda estão sub-representadas nas delegações dos países e nas esferas decisórias sobre os rumos da política climática global. O *Relatório de composição de gênero* apresentado na COP27



indica que, na COP26, realizada em Glasgow, em 2021, as mulheres representaram apenas 37% das delegações dos países. Considerando-se o tempo de fala nos eventos oficiais, elas tiveram apenas 29% do tempo total (UNFCCC, 2022b).

O próprio IPCC criou uma política de gênero e um plano de implementação com os objetivos de ampliar a igualdade de gênero nos processos do painel, criar um ambiente inclusivo de gênero e promover treinamento e orientação sobre o tema (IPCC, 2020).

Nos países em desenvolvimento, a desigualdade de gênero é ainda maior. A pesquisa *Perfil das prefeitas no Brasil* apontou que, embora as mulheres representem 51% da população, governavam apenas 12% das prefeituras entre 2017 e 2020. As mulheres negras, que perfazem 27% da população, estavam em apenas 3% das prefeituras (Instituto Alziras, 2018). Considerando-se que os agravos da crise climática afetam os territórios no nível local (Santana Filho; Ferreira; Goes, 2022), percebe-se que a maioria das mulheres está alijada de processos de tomada de decisão sobre medidas de adaptação e mitigação climáticas na base, em seus respectivos territórios.

Gênero e clima: impactos desproporcionais

Embora estejam sub-representadas nas esferas de decisão, as mulheres estão na linha de frente e são as mais impactadas diante dos efeitos das mudanças climáticas, sobretudo as que se encontram em condições de maior vulnerabilidade e têm menos acesso a ferramentas e recursos para enfrentar tais mudanças (Olivera et al., 2021). Entre elas, estão as mulheres pobres – 70% de 1,3 bilhão de pessoas em situação de pobreza no mundo são mulheres –, negras, quilombolas, chefes de família, mulheres das periferias, agricultoras familiares e mulheres trans. Para mais detalhes, recomenda-se a observação do infográfico produzido pelo Grupo de Trabalho (GT) Gênero e Clima, do Observatório do Clima (Gênero e Clima, 2021). Escassez hídrica, insegurança alimentar, agricultura, processos migratórios, maior incidência de doenças e eventos extremos, como secas, enchentes e ondas de calor, são apenas alguns dos impactos climáticos que podem afetar significativa e desproporcionalmente a vida das mulheres (IPCC, 2022b; Olivera et al., 2021).

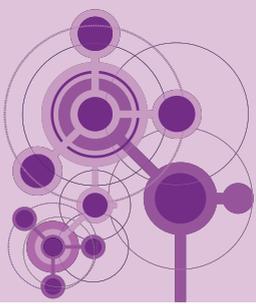
A questão de gênero e clima deve ser observada considerando-se as interseccionalidades (Kimberle Crenshaw..., 2017). Isso “possibilita a compreensão de como diferentes eixos de opressão se somam e se cruzam sobre os corpos das pessoas, especialmente das mulheres negras e indígenas, criando situações únicas de opressão e invisibilidade” (Louback, 2022).

O endereçamento desses desafios está intimamente imbricado à busca por justiça climática, uma abordagem que vincula direitos humanos e desenvolvimento para a

salvaguarda dos direitos das pessoas mais vulneráveis e partilha dos encargos e benefícios da mudança do clima e seus impactos equitativos e justos. Informada pela ciência, responde à ciência e reconhece a necessidade de administração equitativa dos recursos mundiais. (MRFCJ, 2011)

O conceito, ainda em construção, carece de novas perspectivas e experiências do Sul Global. Ele dialoga com as premissas da justiça ambiental (Bullard, 2000) e do racismo ambiental, definido como “qualquer política, prática ou diretiva que afete de forma diferenciada ou prejudique (intencionalmente ou não) indivíduos, grupos ou comunidades com base na raça ou cor” (Louback, 2022, p.2).

Falar de justiça climática, então, nos provoca – e convoca – à impossibilidade de discutir uma perspectiva sobre futuro sem a participação periférica, dos homens e mulheres negras, da população quilombola, das comunidades tradicionais e de outros grupos marginalizados e ditos como “vulneráveis”. O paradoxo que vemos hoje é uma composição branca e homogênea



da comunidade climática, ensimesmada em seus debates diplomáticos com mesmos atores, porta-vozes, negociadores, lideranças e clubes excludentes que ousam falar de clima sem falar de desigualdades sociais e raciais. Ousam discutir a elevação da temperatura e tratados internacionais sem a participação de mulheres negras. Ousam à exaltação de temáticas enigmáticas, como “precificação de carbono” e “recuperação econômica verde”, sem ao menos refletir sobre privilégios. (Louback, 2020, p.2)

Protagonismo feminino e ativismo climático

Mesmo sendo minoria nos espaços formais de tomada de decisão, as mulheres estão “criando espaços de organização e resistência” (Olivera et al., 2021, p.8) nos movimentos de base e no ativismo ambiental e climático. O protagonismo feminino é crescente, inclusive, nas Conferências do Clima. “Existe uma relação indissociável entre essas mulheres e a terra, a sua ancestralidade, os saberes, e, nesse sentido, sempre se mostraram mais comprometidas com o cuidado desses bens ‘comuns’ e a sua defesa”, apontam Olivera et al. (2021, p.8). De acordo com o GT Gênero e Clima, “mesmo em situação de crise e escassez, as mulheres são protagonistas, lideram movimentos e promovem ações concretas que melhoram a qualidade de vida e protegem o clima” (Louback, 2022, p.2). O que falta, agora, é avançar na paridade de gênero frente às decisões urgentes que precisam ser adotadas em face à crise climática.

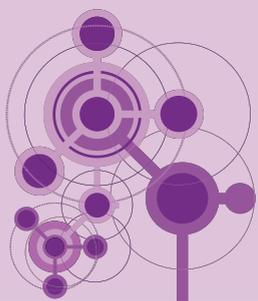
A socióloga e escritora Riane Eisler (CPS, 2021) defende que as mulheres têm papel fundamental para a mudança de um novo paradigma econômico que valorize o cuidado amplo: “temos de reconhecer que a destruição da natureza e o estupro de mulheres são do mesmo tecido dominador: parte de um sistema autoritário e explorador de hierarquias de cima para baixo”, afirma. “Precisamos de uma nova análise cultural e econômica que não mais ignore a maioria da humanidade: mulheres e crianças.” (Eisler apud CPS, 2021). No conceito de “economia do cuidado” (*caring economy*) proposto por Eisler, a sociedade baseada em dominação e violência deve mudar para um sistema de parcerias pautado em relações igualitárias e em uma visão de poder “com” e “para” (CPS, 2021).

METODOLOGIA

Partindo da premissa de que as mulheres estão sub-representadas nas esferas formais de tomada de decisões sobre a política climática global na UNFCCC, mas que têm um papel protagonista e majoritário no ativismo climático, este artigo teve por objetivo, primeiro, verificar como essa representatividade de gênero tem sido abordada pela UNFCCC ao longo dos anos e, segundo, verificar como as mulheres estão se articulando nesses espaços, bem como em seus territórios, para amplificar suas vozes e seu protagonismo no debate climático.

Para isso, foram cruzadas duas metodologias. A primeira envolveu a análise crítica de uma amostra de documentos oficiais da UNFCCC disponíveis em sua plataforma online, visando identificar como a questão de gênero e de sub-representação das mulheres vem sendo tratada pelo organismo internacional. Para isso, iniciou-se pelos documentos mais recentes, resultantes da Conferência do Clima da ONU realizada no Egito em 2022, e, a partir de menções a documentos de anos anteriores – uma praxe nas publicações oficiais da ONU –, investigaram-se posicionamentos diante do tema em conferências prévias. Ao todo, foram examinados 14 documentos, e a análise está disponível em “Resultados e discussão”.

Para verificar como mulheres ativistas de diferentes movimentos sociais percebem o papel de gênero frente à crise climática, adotou-se um segundo método que envolveu, primeiro, a realização de entrevistas semiestruturadas (Triviños, 1987) e, depois, para a análise do discurso, a visão crítica proposta por Patrick Charaudeau (2010).



Os critérios de escolha das entrevistadas foram: 1) ser mulher; 2) participar de um movimento de ativismo climático brasileiro; 3) ter participado presencialmente de pelo menos uma das duas conferências realizadas em 2021 (COP26) e 2022 (COP27). Optou-se pela busca ativa, a partir de contatos da própria pesquisadora com organizações da sociedade civil brasileira envolvidas com a pauta climática, de indicações de possíveis entrevistadas que representassem uma pluralidade no movimento ativista brasileiro.

Definiu-se, então, que seriam procuradas: a) uma ativista do movimento Famílias pelo Clima; b) uma representante da comunidade preta periférica (preferencialmente jovem); c) uma indígena; e d) uma quilombola. Ao todo, foram contactadas oito pessoas com o perfil descrito acima. Quatro aceitaram o convite, uma de cada movimento mencionado. As entrevistas foram agendadas por mensagens de WhatsApp e realizadas por telefone entre os dias 21 e 25 de novembro de 2022, na semana seguinte ao término da Conferência do Clima do Egito, em 20 de novembro. As identidades foram preservadas, optando-se por nominar as organizações que as entrevistadas representam. O resultado das análises está descrito a seguir.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

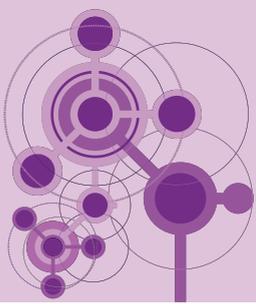
Revisão de documentos da UNFCCC sobre gênero

A própria inclusão da palavra “mulheres” na Carta da ONU, resultante da primeira Conferência das Nações Unidas sobre Organização Internacional, em 1945, representou uma luta diplomática árdua. No contexto do período pós-II Guerra Mundial, houve muita resistência, por parte do corpo diplomático dos 51 países representados, em incorporá-las ao texto de constituição da própria ONU. Os diplomatas eram, em sua grande maioria, homens brancos. Mas a incorporação do termo “mulheres” no documento da Conferência de São Francisco, como ficou conhecida, foi bem-sucedida graças à articulação encabeçada por Bertha Lutz, uma ativista feminista, militante sufragista, bióloga, educadora e diplomata brasileira, filha do cientista Adolfo Lutz. Ela foi designada pelo então presidente Getúlio Vargas como integrante da delegação diplomática que representou o Brasil na conferência. Essa saga está reportada no livro *Bertha Lutz e a Carta da ONU* (Kalil; Fonseca, 2022).

Passados 77 anos da criação da ONU, as questões de gênero ainda não estão equacionadas neste organismo multilateral, o que se reflete também nos debates sobre as mudanças climáticas, principalmente a respeito da equidade de gênero entre os tomadores de decisões. Isso tem sido incorporado a passos lentos, conforme veremos a seguir.

A inclusão expressa das questões de desigualdade de gênero nas tomadas de decisões nos documentos oficiais da UNFCCC teve início na COP7 (documento *Decision 36/CP.7*), realizada em Marrakesh, no Marrocos, em 2001, ainda seguindo o Protocolo de Quioto (UNFCCC, 2001). Naquele ano, o documento de referência sobre a questão de gênero na UNFCCC estava relacionado ao conhecimento produzido durante a IV Conferência Mundial sobre a Mulher: Igualdade, Desenvolvimento e Paz, realizada em Pequim, na China, em 1995, a partir da qual foi elaborada a Declaração de Beijing (UN Women, 1995). Na ocasião, foram debatidas as seguintes questões: o avanço e o empoderamento da mulher em relação aos direitos humanos; mulher e pobreza; mulher e tomada de decisões; a criança do sexo feminino; e violência contra a mulher.

O avanço foi moroso nos anos seguintes. O Plano de Ação de Bali, por exemplo, firmado na COP13, na Indonésia, em 2007, sequer mencionou as palavras “gênero” e “mulher” no texto final (documento *Decision 1/CP.13*), embora tenha tido alguns avanços significativos, como a inclusão, pela primeira vez, da questão de florestas no texto; o apontamento sobre a necessidade de estratégias de gestão e redução de riscos; e a Autora, favor inserir a página da citação direta para a construção das novas bases para um acordo climático global (UNFCCC, 2007).



No Acordo de Cancun (documento *Decision 1/CP.16*), resultado da COP16, em 2010, houve o reconhecimento de que a igualdade de gênero e “a participação efetiva das mulheres e dos povos indígenas são importantes para uma ação efetiva em todos os aspectos da mudança climática” (UNFCCC, 2011b, p.4). No texto, foi incluída uma recomendação aos países em desenvolvimento de considerar a questão de gênero nas estratégias nacionais ou nos respectivos planos de ação referentes à redução de emissões por desmatamento e degradação florestal, bem como no papel da conservação, do manejo sustentável das florestas e do aumento dos estoques de carbono florestal. O texto também deixou explícito que, ao se considerarem as consequências econômicas e sociais das respostas às alterações climáticas, estas deveriam ser coordenadas com o desenvolvimento social e econômico e ter plenamente em conta as consequências aos grupos vulneráveis, “em particular mulheres e crianças” (UNFCCC, 2011b, p.15). A palavra “mulheres” esteve presente em duas partes do texto, e “gênero” foi citado cinco vezes no documento (UNFCCC, 2011b).

O documento *Decision 23/CP.18*, resultante da COP18, realizada em Doha, no Qatar, no final de 2012, “observou” que, apesar dos esforços empreendidos desde a COP do Marrocos, em 2001, as mulheres continuavam sub-representadas nos órgãos estabelecidos pelo Protocolo de Quioto. Reconheceu-se a importância do equilíbrio entre a participação das mulheres dos países desenvolvidos e em desenvolvimento nos espaços de tomada de decisões e a importância da paridade de gênero em posições de liderança. Houve, então, uma decisão de se aprimorar o documento da COP18 a partir da adoção de uma meta de equilíbrio de gênero na UNFCCC e no Protocolo de Quioto “a fim de melhorar a participação das mulheres e informar uma política de mudança climática mais efetiva que enderece as necessidades de mulheres e homens igualmente” (UNFCCC, 2012, p. 48).

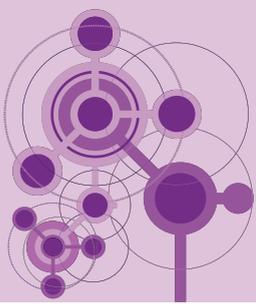
Novos ares da mudança

No contexto mais amplo, a política climática global patinava. O Protocolo de Quioto – tratado internacional que havia sido assinado pelas partes em dezembro de 1997, no Japão, na COP3, como primeira tentativa de comprometimento por parte dos países desenvolvidos para a redução das respectivas emissões de GEE – havia falhado, pois não foi ratificado pelos Estados Unidos, o maior emissor global de GEE (UNFCCC, 2011a). A decisão ocorreu porque outros grandes emissores, como a China e a Índia, estavam incluídos na categoria de “países em desenvolvimento” e, por isso, estavam desobrigados a reduzir suas emissões (O que é..., 2015). Ainda no contexto amplo, novos ventos começaram a soprar na COP20, realizada em Lima, no Peru, quando 195 países-membro da UNFCCC assinaram um documento intitulado *Chamado de Lima para a Ação Climática*. Ele ficou conhecido como o “rascunho zero” de um novo acordo global para a redução de emissões de GEE, e serviu de base para a aprovação, em 2015, do Acordo de Paris, ratificado na histórica COP21, na França.

Especificamente sobre gênero, a determinação da COP18, do estabelecimento da meta de balanço de participação de homens e mulheres, bem como o monitoramento da implementação da meta na UNFCCC, foi uma abertura de portas para que, finalmente, medidas mais concretas começassem a ser adotadas para ampliar a participação delas nas decisões sobre os rumos da política climática global (UNFCCC, 2012). Isso ocorreu a partir de 2014, também na conferência realizada no Peru: a decisão 18/CP.20 estabeleceu o primeiro programa de trabalho de Lima sobre gênero (LWPG – *Lima work programme on gender*), visando promover o equilíbrio e integrar considerações de gênero no trabalho das partes e do secretariado na implementação da Convenção e do Acordo de Paris, de modo a alcançar políticas e ações climáticas sensíveis ao tema (UNFCCC, 2015).

Os debates avançaram nas conferências seguintes. Na COP22, realizada em Marrakesh, no Marrocos, em 2016, foi definida a extensão, por mais três anos, do LWPG, com revisão marcada para a COP25, realizada em Madri, em 2019. Na Espanha, os países-membro ratificaram o Programa de Trabalho de Lima, aprimorado de cinco anos sobre gênero, e seu plano de ação de gênero, por meio da decisão 2/CP.25. O texto propôs ações em cinco áreas prioritárias de atuação (UNFCCC, 2020):

1. *Capacitação, gestão de conhecimento e comunicação*, visando melhorar a integração sistemática de considerações de gênero na política climática;



2. *Equilíbrio de gênero, participação e liderança feminina*, com o objetivo de alcançar e sustentar a participação plena, igualitária e significativa das mulheres nos processos da UNFCCC;
3. *Coerência*, para o fortalecimento da integração das considerações de gênero no trabalho da UNFCCC (em um aspecto amplo envolvendo não só o secretariado, mas também outros, como outras entidades e partes interessadas da ONU) e para implementação consistente de mandatos e atividades relacionados a gênero;
4. *Implementação gênero-responsiva e meios de implementação*, assegurando o respeito, promoção e consideração da igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres na implementação da Convenção e do Acordo de Paris;
5. *Monitoramento e relatórios*, visando melhorar o monitoramento das ações e a produção de relatórios sobre questões relacionadas a gênero do Programa de Trabalho de Lima e do Plano de Ações de Gênero.

Pós-Acordo de Paris

O Acordo de Paris representou um marco histórico na política climática global. Ele foi aprovado por 195 países-membro da UNFCCC durante a COP21, realizada na capital francesa no final de 2015, incluindo Estados Unidos e Brasil. Corrigindo o imbróglio que tinha sido responsável pela falha do Protocolo de Quioto, o acordo definiu que todos os países – desenvolvidos e em desenvolvimento – deveriam se mobilizar em torno de uma ampla cooperação e se comprometer, por meio de Contribuições Nacionalmente Determinadas Pretendidas (NDCs – *Nationally Determined Contributions*), com suas respectivas parcelas de redução de emissões de gases de efeito estufa visando à estabilização do aumento da temperatura média do planeta abaixo dos 2,0°C (com relação ao período pré-industrial), com esforços para mantê-lo abaixo de 1,5°C.

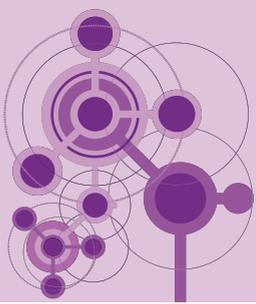
O senso de urgência no combate às mudanças climáticas foi enfatizado no novo tratado internacional, bem como a necessidade de respeito, promoção e consideração das obrigações comuns dos países em matéria de direitos humanos:

o direito à saúde, os direitos dos povos indígenas, comunidades locais, migrantes, crianças, pessoas com deficiência e pessoas em situação de vulnerabilidade, o direito ao desenvolvimento, bem como a igualdade de gênero, empoderamento das mulheres e a igualdade intergeracional. (ONU, 2015)

Desde então, os esforços multilaterais das Conferências das Partes ocorreram no sentido de refinar e consolidar o livro de regras do Acordo de Paris – aprovado pelo Pacto Climático de Glasgow, resultante da COP26, realizada na Escócia, em 2021 (UNFCCC, 2022d) –, e, finalmente, implementar o acordo, entrando em curso após a aprovação do Plano de Implementação de Sharm Em-Sheikh, resultado da COP27, de 2022. No documento mais recente, o conceito de justiça climática é mencionado, bem como a interconexão da “crise climática global” com a questão da biodiversidade. O texto aponta a obrigação dos países com os direitos humanos e reafirma

o direito a um ambiente limpo, saudável e sustentável, o direito à saúde, os direitos dos povos indígenas, das comunidades locais, dos imigrantes, das crianças, das pessoas com deficiência e das pessoas em situação vulnerável, e o direito ao desenvolvimento, assim como equidade de gênero, empoderamento das mulheres e equidade intergeracional (UNFCCC, 2022a)

Outro marco histórico do Plano foi a proposição de criação de um mecanismo de financiamento internacional para perdas e danos, em apoio aos países vulneráveis mais impactados pela crise climática. Será criado, em 2023, um grupo de trabalho, composto por 24 países, para a definição de como o mecanismo irá funcionar (Leone; Hisamoto; Vianna, 2022; UNFCCC, 2022a).



Nas últimas conferências, a questão de gênero tem sido incorporada na agenda da presidência da COP para ser debatida em dias específicos. Na COP26, por exemplo, o tema foi debatido em um dia também destinado aos debates sobre ciência. Já na COP27, em 2022, o dia temático de gênero ocorreu em 14 de novembro, abrangendo 11 eventos, ainda destacando “os esforços necessários para garantir a inclusão das mulheres na transição para um futuro resiliente ao clima” (COP27, 2022).

Na abertura dos debates, Maya Morsi, presidente do Conselho Nacional para Mulheres do Egito, lançou a iniciativa Prioridades de Adaptação Climática das Mulheres Africanas (AWCAP – African Women's Climate Adaptive Priorities), dizendo que, após os desastres, mulheres e crianças representam 80% das pessoas que precisam de assistência, além de as mulheres pobres em áreas rurais terem 14 vezes mais chances de morrerem durante um desastre natural. Afirmou que:

As mulheres não são apenas vítimas das mudanças climáticas, elas são poderosos agentes de mudança, e a liderança delas é crítica. Uma abordagem de baixo para cima [em contraposição às decisões *top-down*] é significativa para entender as mulheres nas suas comunidades, nas suas preocupações ambientais, realidades e experiência. (COP27, 2022)

Em termos concretos, a participação das mulheres nas esferas de tomada de decisões ainda está muito longe da paridade ambicionada pela UNFCCC. Elas continuam sub-representadas. O *Relatório de Composição de Gênero*, ao analisar relatórios e comunicações oficiais dos países submetidos à UNFCCC entre outubro de 2021 e julho de 2022, mostrou que a questão de gênero foi mencionada em 76% deles, com “menção significativa a considerações de gênero e políticas climáticas sensíveis a gênero em 63% dos estudos analisados” (UNFCCC, 2022b, p. 10), o que demonstra uma intenção, mas ainda não a prática para a inclusão efetiva das mulheres tanto nas políticas de proteção, por parte dos países, quanto na inclusão em delegações oficiais e nas esferas de tomadas de decisões no organismo multilateral.

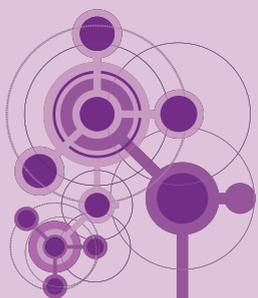
Foi apresentado também o Grupo Constituinte de Mulheres e Gênero (WGC – Women/ and Gender Constituency), que visa “formalizar a voz das organizações da sociedade civil de mulheres e gênero presentes e regularmente ativas nos processos da UNFCCC e desenvolver, simplificar e defender posições comuns” (WGC, 2022). O grupo é formado por 34 organizações acreditadas e afiliadas à UNFCCC e mobiliza uma rede de mais de 600 organizações da sociedade civil e movimentos sociais que atuam para avançar no debate sobre direitos das mulheres, equidade de gênero e justiça climática ao redor do mundo (WGC, 2022).

Vozes de lideranças femininas brasileiras

Embora ainda haja espaço para a ampliação das articulações internacionais do ativismo climático brasileiro com movimentos globais de gênero, como o do WCG, as conexões intergrupos estão sendo fortalecidas ano a ano nos debates envolvendo as Conferências do Clima. Tem crescido o número de mulheres que representam organizações da sociedade civil e movimentos sociais brasileiros nas COPs nos últimos anos; são representantes de movimentos negros, quilombolas, ribeirinhos, das periferias, das juventudes e de famílias pelo clima, só para citar alguns.

Em geral, elas comparecem credenciadas como “observadoras” das conferências, sem de fato atuar nas tomadas de decisão que constam nos documentos oficiais. Porém, estão marcando a presença do Brasil nos debates e em eventos paralelos realizados durante as cúpulas do clima. Além disso, a pressão pelo ativismo também influencia no avanço da agenda climática, mesmo que indiretamente.

Nas últimas três conferências – COP25, em Madri (2019); COP26, em Glasgow (2021); e COP27, em Sharm El-Sheikh (2022) –, pode-se observar o aumento crescente da participação de mulheres brasileiras no Brazil Climate Action Hub, o espaço da sociedade brasileira nas COPs, no qual se realiza uma série de eventos para debater os caminhos e os desafios do país frente à crise climática. Foi criado quando o então presidente Jair Bolsonaro decidiu, em 2019, que o Brasil não teria um estande



oficial durante a COP25. Nas conferências de 2021 e 2022, mesmo o Brasil tendo estandes oficiais, decidiu-se por manter o Brazil Hub, diante da impossibilidade de diálogo entre a sociedade civil e o governo federal.

Para esta pesquisa, foram entrevistadas quatro mulheres ativistas – uma “mãe pelo clima”, uma defensora dos quilombolas, uma indígena e uma jovem preta da periferia – que participaram em pelo menos uma das Conferências do Clima realizadas nos últimos dois anos. Elas integram, entre outras instâncias de atuação, os seguintes movimentos: Famílias pelo Clima (Parents for Future); Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos (Conaq); Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (Anmiga); e Instituto Perifa Sustentável, integrante da Coalizão Negra por Direitos. As identidades foram preservadas nesta pesquisa. Visando coletar as percepções das entrevistadas sobre temas afins, a elas foram feitas as mesmas perguntas, e o resultado será apresentado a seguir.

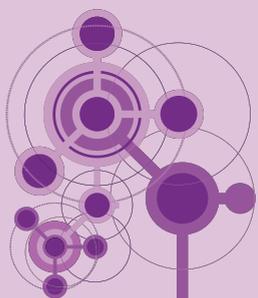
Questão 1: Como você vê a participação das mulheres nas Conferências do Clima?

Todas as entrevistadas mencionaram a baixa representatividade na tomada de decisões das Conferências do Clima como um desafio a ser superado e reconheceram que as mulheres são e serão as mais afetadas pela crise climática. As quatro entrevistadas também citaram que as mulheres estão ocupando os espaços das conferências de maneira mais efetiva e crescente ao longo das Cúpulas do Clima, pela via do ativismo. As falas também sinalizaram que as tomadas de decisão nas Conferências estão acontecendo em um ritmo muito mais lento do que o necessário para o real enfrentamento da crise climática. Confira no Quadro 1 algumas frases.

Quadro 1: Respostas para a Questão 1 – Como você vê a participação das mulheres nas Conferências do Clima?

Entidade	Respostas
Famílias pelo Clima (Parents for Future)	“Não sei por que é tão difícil [ter mais mulheres representadas nas tomadas de decisões]. Apesar de [as mulheres] não estarem à frente das decisões, estão ocupando espaços no ativismo climático. Já que não abrem as portas para a gente, estamos ocupando esses espaços.”
	“O movimento Famílias pelo Clima é essencialmente feminino, apesar de termos homens também representados. Quando olhamos os movimentos dos jovens pelo clima, vemos meninas liderando essas articulações.”
Instituto Perifa Sustentável e Coalizão Negra por Direitos	“Historicamente há um desequilíbrio de gênero nas conferências. Basta ver as fotos oficiais das delegações para perceber a pouca presença das mulheres, e menos ainda de mulheres pretas.”
	“Vejo um avanço da participação das mulheres na sociedade civil, principalmente no Brazil Hub, mas quando olhamos para espaços empresariais e para as delegações oficiais, nos perguntamos o que as mulheres precisam para estar nestes ambientes. Qual o papel da sociedade patriarcal [nessa desigualdade de participação]? [A mulher] não pode ter participação só figurativa.”
Anmiga	“A luta das mulheres nunca foi fácil, sempre foi com muita luta. Nossa participação na COP do Egito foi muito grande, poderosa, potente e ampla. Nós, mulheres indígenas, abalamos o Egito, com nosso canto e nossa espiritualidade.”

Continuará...



Quadro 1: Continuação

Entidade	Respostas
Anmiga	“Produzimos conteúdos todos os dias para mostrar que precisamos ser respeitadas em todas as discussões que envolvem o território. Vimos muitas propostas, mas nenhuma ação imediata.”
	“Nunca vi tanto homem na minha vida.”
Conaq	“As mulheres têm protagonismo, mas, de fato, as deliberações ainda são feitas por homens. [...] Temos de parar com a hipocrisia do discurso. Querem mulheres representadas, mas não asseguram o protagonismo delas.”
	“Quem é realmente impactada [mulheres afetadas pela crise climática] precisa ser ouvida.”

Fonte: Elaborado pela autora.

Questão 2: Como foi a sua experiência pessoal?

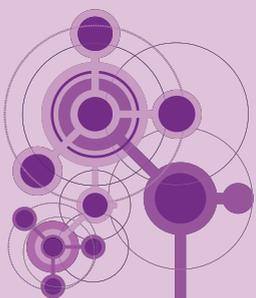
Essa pergunta foi colocada com o intuito de colher percepções das entrevistadas sobre o quanto essas mulheres ativistas sentiram, em suas experiências pessoais, a força do empoderamento feminino. As falas mostram que a experiência de participação nas conferências traz um processo pessoal de aprendizagem, contribui para ampliar a consciência sobre as próprias causas defendidas pelas ativistas, desperta *insights* sobre como proceder nesses espaços internacionais de debate no futuro e amplia os questionamentos sobre o papel das mulheres no ativismo climático.

Quadro 2: Respostas para a Questão 2 – Como foi a sua experiência pessoal?

Entidade	Respostas
Famílias pelo Clima (Parents for Future)	“Foi muito legal [a participação na COP26]. Na ocasião nos reunimos com o presidente da COP[26], Alok Sharma. Acompanhei a COP27 de longe, e estou entendendo mais a dinâmica do encontro, e o que temos de fazer para levar nossa voz dentro desses espaços.”
	“Vejo um amadurecimento do movimento de mães se colocando como uma voz relevante. Esse é o trabalho. Ir a primeira vez, se organizar, entender como funciona e, a cada ano, ocupar mais espaços.”
Instituto Perifa Sustentável ¹ e Coalizão Negra por Direitos	“Nessa conferência [COP27], percebi que temas que para mim são óbvios ainda estão na bolha. Contudo, não podemos aceitar isso! Se não tiver gente preta e de quebrada pautando o tema, como vamos ‘territorializar’ a agenda climática? Chega de ter gente da bolha, falando para a bolha e sendo aplaudido pela própria bolha.”
	“Essa COP me chacoalhou e me fez refletir sobre bastante coisa. [...] Se não mexermos na estrutura, não vamos ver uma transformação real, mas sim a reprodução da lógica patriarcal heteronormativa de supremacia branca, onde a figura do homem branco hétero cis gênero rico e muito experiente está sempre no topo, e atores como eu, mulheres pretas e periféricas, ocuparão sempre a base da pirâmide social.”

Continuará...

¹ Ao ser questionada sobre sua experiência, a entrevistada, que também é comunicadora, indicou o artigo que escreveu sobre o tema para uma revista brasileira. As frases foram extraídas do referido texto, com autorização verbal da autora. Ela já participou de quatro Conferências do Clima da ONU.



Quadro 2: Continuação

Entidade	Respostas
Anmiga	“Me senti marcando e demarcando território. Isso é potência. A Terra ecoa em mim. Eles [homens brancos] não têm o entendimento do que estão discutindo, por que não têm o entendimento de quem são.”
	“Temos de estar onde sentimos que devemos estar. O fato de estar [na COP27] com cocar, com pinturas, essa é a base da nossa proteção sagrada. [...] Nosso corpo é uma arte, mostramos para o mundo que a Terra está falando, está viva. A arte faz parte desse movimento sagrado de proteção da Terra.”
	“Acreditamos muito na potência do cantar. Acreditamos que nossa conexão entre o céu e a terra está na biodiversidade ao nosso redor. Entramos em potência e força e ecoamos através do canto.”
Conaq	“Gostei muito. [...] [A COP27] foi a minha primeira [conferência]. Acho que é um espaço para nos organizarmos, precisamos estar em grupo grande. A questão do idioma atrapalha na independência, perde-se muito tempo [com as traduções].”
	“Foi um espaço de crescimento, tivemos uma troca muito boa com o pessoal de Gana, foi muito importante, e vamos seguir para uma participação mais efetiva a partir da COP28.”

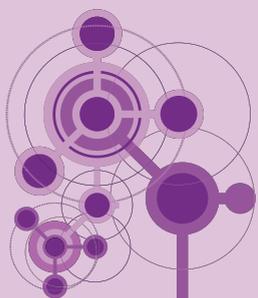
Fonte: Elaborado pela autora.

Questão 3: Qual é o papel das mulheres no movimento do qual você faz parte?

Essa pergunta, colocada de forma aberta, sem especificar se isso referia-se à atuação climática ou não, possibilitou que, nas respostas, algumas questões menos explícitas emergissem. A primeira é de que, no ativismo climático, as mulheres, além de lidar com a crise climática em si, ainda têm de reafirmar o seu protagonismo feminino e conquistar espaços em movimentos sociais antes ocupados prioritariamente por homens. Palavras como “patriarcado” e “machismo”, relacionadas ao cotidiano de atuação no Brasil, surgiram em três das quatro entrevistas. Metade das entrevistadas apontou que a participação das mulheres nos movimentos foi “conquistada” e exaltou que estruturas de governança, como aquela criada pelo Perifa Sustentável, devem ser elaboradas de forma consciente para assegurar a paridade de gênero e ampliar a participação das mulheres nos processos de tomada de decisão em suas organizações.

A representante indígena e a quilombola fizeram questão de dizer que não se trata de uma disputa entre homens e mulheres. Palavras como “construir junto”, “renovar”, “respeito” e “abrir espaço” foram algumas das expressões para explicar a necessidade de ampliação da participação das mulheres nos movimentos sociais brasileiros, em acordo ao que diz Riane Eisler em sua proposta de migração de um sistema de dominação para um sistema de parceria. Como disse a representante indígena:

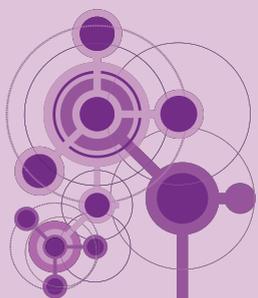
Seu corpo é terra, e o que corre em você é água. Tudo o que come é terra. A sociedade perdeu a consciência da própria essência, que vem da ancestralidade. Para salvar e proteger o meio ambiente temos de fazer o RE [reconhecimento de tudo que perdeu, reformulação, reconstrução, reconexão], tudo o que é RE é comunitário.



Quadro 3: Respostas para a Questão 3 – Qual é o papel das mulheres no movimento do qual você faz parte?

Entidade	Respostas
Famílias pelo Clima (Parents for Future)	“Temos um papel duplo no movimento. Por um lado, representamos nossos filhos e levamos a preocupação com o futuro deles para o debate climático atual. Por outro lado, somos também mulheres afetadas [pela crise climática e pelas desigualdades]. Também estamos nos representando nessas esferas.”
Famílias pelo Clima (Parents for Future)	“Eu não consigo entender por que os homens não estão engajados nessa causa com a gente, no combate à desigualdade. Quem fica, quem se dedica a essa ação voluntária [do Famílias pelo Clima] são mulheres. Nós estamos nos mobilizando, fazendo isso em nome dos nossos filhos.”
Instituto Perifa Sustentável e Coalizão Negra por Direitos	“No Perifa, temos uma governança. As diretorias são ocupadas por mulheres não brancas. Para construir um novo modelo temos de ter uma nova visão feminista, antirracista, afro-diaspórica. Para territorializar a questão climática, é fundamental entender que o modelo atual não é sustentável, gerou crises sociais, ambientais, econômicas, políticas e é fundamentado no patriarcado. Não é mais possível que as mulheres negras sejam relegadas à execução de tarefas e à subalternidade. O Perifa coloca outra narrativa, do bem viver, do bom, do belo e do justo, com valorização dos ancestrais.”
Anmiga	“As mulheres são bem potentes nas decisões da nossa comunidade. O homem têm potência, mas quando uma decisão não tem reconhecimento entre as mulheres, muda tudo.”
	“A Anmiga, por meio da Jornada das Mulheres Indígenas, está fazendo um levantamento amplo com as parentas em todos os biomas, em todos os estados, para levantar os problemas das comunidades, em uma consulta prévia. Isso vai ajudar para podermos reforçar e criar políticas públicas para tratar dessas questões.”
	“Com a morte do rio [Doce, que atravessa a comunidade Krenak em Minas Gerais, após o acidente da Vale], as mulheres também estão buscando outras formas para que a essência do rio não suma do corpo das nossas crianças. Estão lutando para não deixar morrer o sagrado do rio que corre dentro da gente [mães que antes se banhavam com seus filhos no rio Doce, agora fazem isso em caixas d'água]. As professoras que trabalham a educação com as crianças falam do rio [Watu, na etnia Krenak] no passado. É muito triste, um crime feito pela mão humana.”
Conaq	“A Coordenação Nacional da Conaq é composta em 60% por mulheres. É um diferencial que foi conquistado aos poucos, com muito diálogo, até para os homens entenderem a importância de dividir o protagonismo, de todas as vozes serem ouvidas. [...] Agora não tem mais volta [risos].”
	“O movimento do campo já é machista por si só, então, a gente precisa quebrar barreiras a todo o momento. Quando a gente chega em um quilombo e marca uma reunião, mais de 70% das pessoas que participam são mulheres, porque elas são a grande maioria de pessoas que compõe aquele espaço.”

Continuará...



Quadro 3: Continuação

Entidade	Respostas
Conaq	“Percebemos que a juventude feminina chegou com um gás maior, enfrentando mais e fomos indo junto. Essa ousadia de conquistar e questionar encoraja o grupo maior a fazer o que tem de ser feito.”
	“Existe um pensamento equivocado de que os homens preservam o meio ambiente. Isso é equivocado, é machista. Não é assim. É só ver as quebradeiras de coco, as extrativistas, a bancada do cocar.”

Fonte: Elaborado pela autora.

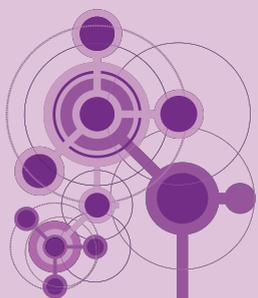
Questão 4: Como as mudanças climáticas já afetam a sua vida, a sua comunidade e/ou a sua atuação no ativismo?

Os efeitos das mudanças climáticas já são percebidos por todas as entrevistadas. No caso das representantes indígena, quilombola e preta da periferia, a crise climática é percebida como um impacto adicional a outras crises, como a de falta de acesso a recursos básicos e outros impactos nas comunidades por elas representadas, denotando que os conceitos de interseccionalidade, racismo ambiental e justiça climática estão diretamente associados às respectivas realidades e ao agravamento da situação em decorrência dos fenômenos climáticos. “Existe uma sobreposição de crises, é muito difícil”, resumiu a ativista quilombola.

Quadro 4: Respostas para a Questão 4 – Como as mudanças climáticas já afetam a sua vida, a sua comunidade e/ou a sua atuação no ativismo?

Entidade	Respostas
Famílias pelo Clima (Parents for Future)	“Minha principal preocupação é com o futuro, as migrações, pessoas que estão morrendo, os relatórios do IPCC. [...] Tem uma tristeza de ver que as crianças que estão nascendo não vão conhecer e ver o mundo bonito que nós tivemos a oportunidade de ver. Uma sensação de injustiça com os mais vulneráveis, hoje e no futuro.”
	“Eu já me sinto impactada [pelas mudanças climáticas], mas tenho um colete salva-vidas. Não vou perder tudo se meu telhado voar. Me sinto em um espaço de privilégio, tenho resiliência [financeira] para lidar com situações mais graves. Mas a quantas enchentes você é capaz de sobreviver? Quanto de aumento de preços dos alimentos somos capazes de suportar?”
Instituto Perifa Sustentável e Coalizão Negra por Direitos	“A Brasilândia é um complexo de bairros com 300 mil moradores em São Paulo. O principal impacto está relacionado às chuvas. Quando chove, inunda. Já tive de ficar presa no transporte público esperando a água abaixar. Outra coisa é a falta de verde urbano na periferia. O bairro já é 2°C mais quente do que as regiões mais arborizadas devido ao microclima. Os idosos da minha quebrada sofrem mais. Quem vai morrer primeiro com o aquecimento global?”

Continuará...



Quadro 4: Continuação

Entidade	Respostas
Anmiga	“Nós chamamos a atenção para os impactos da mineração há 300anos. Já sentimos as mudanças provocadas pela destruição da Mata Atlântica, que hoje tem só 3% de originalidade. Nossos ancestrais já diziam que um dia o rio [Watu, ou rio Doce] iria chorar sangue, e que a natureza, quando cobra, cobra de todo mundo.”
Conaq	“Tem coisas que já acontecem há muito tempo. A falta de água foi o primeiro problema [no Espírito Santo]. Todas as minhas comunidades têm nomes de rios, mas hoje nenhum rio tem água suficiente para abastecer a população do entorno. Tem a desertificação também.”
	“A mudança do regime de chuvas, a cada nove meses, altera a forma de plantar. Se a chuva não vem, impacta a agricultura. [...] Agora estamos nominando isso, mas a escassez de água já vem desde a década de 1960. [...] Agora está no grito mortal, mas já vinha o sinal.”

Fonte: Elaborado pela autora.

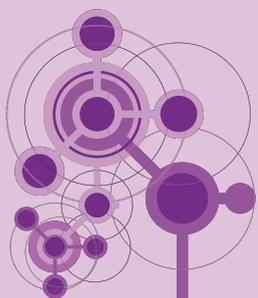
Questão 5: Como as mulheres podem contribuir com soluções para a crise climática, na sua opinião?

A percepção geral das entrevistadas é de que as mulheres já estão contribuindo com soluções para a crise climática, mas o que falta é que sejam ouvidas. A “resiliência” foi apontada nas falas como uma característica das mulheres; assim como o “conhecimento”, a “vivência” e a “experiência” delas em suas relações familiares e com seus respectivos territórios foram mencionadas como pontos fortes na busca por soluções para a crise climática.

Quadro 5: Respostas para a Questão 5 – Como as mulheres podem contribuir com soluções para a crise climática, na sua opinião?

Entidade	Respostas
Famílias pelo Clima (Parents for Future)	“As mulheres estão totalmente à frente inclusive das soluções. Elas são responsáveis por casas, famílias, produção de alimentos não só para elas, mas para todas as vidas que elas conectam, crianças, idosos, estão à frente na busca por soluções. [...] A resiliência está muito na mão das mulheres.”
	“A ideia é retomar a litigância climática em 2023, e a maioria dos casos tem mulheres à frente. Não é uma ação imediata, mas tem um componente do que representa, que é dizer aos homens que esse jeito de governar e pensar o desenvolvimento não é mais aceito em 2022. É uma forma de dizer que essa visão de desenvolvimento [poluidora e com altas emissões de GEE] tem de ser ilegal em 2022, porque compromete o futuro das crianças.”

Continuará...



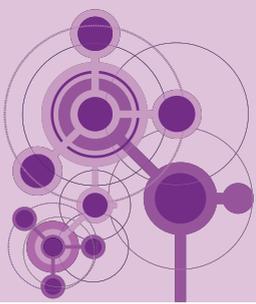
Quadro 5: Continuação

Entidade	Respostas
Instituto Perifa Sustentável e Coalizão Negra por Direitos	“As mulheres são centrais na discussão das mudanças climáticas. Mulheres jovens, representantes de grupos vulnerabilizados, que já estão sofrendo os principais impactos. Elas reúnem conhecimento, vivência e experiência do dia a dia. Quando recebem apoio, quando esses saberes são potencializados pelo conhecimento técnico-científico, podem apresentar soluções concretas e efetivas.”
	“Não podemos mais seguir com lógicas machistas, racistas e velhas. Estruturas de poder que trazem a figura do homem branco. Não dá mais. Isso nos trouxe até aqui. [...] É preciso pensar em uma agenda de desenvolvimento sustentável, ver demandas e ter sensibilidade para apresentar uma nova estrutura realmente inclusiva, sem silenciamento. Quais mulheres estão sendo preparadas de fato para incidir nas tomadas de decisão?”
Anmiga	“O problema do sistema político falseado é que tudo vem de cima para baixo, as comunidades recebem projetos que não condizem com a realidade. Estamos escutando a base para, aí sim, ter o entendimento da potência de cada bioma para trabalhar em propostas de reconexão e recuperação.”
	“Existe um racismo institucional, com instituições viciadas e individualistas, que querem trabalhar um único bioma [Amazônia] para ganhar dinheiro mais rápido, porque o mundo está vendo ali. Mas todos os biomas são importantes para manter o equilíbrio da vida. O Fundo Amazônia deveria ser um Fundo Biomas, com medidas equivalentes à recuperação de todos os biomas.”
Conaq	“As mulheres sempre contribuíram. O resgate da floresta em pé se deve ao que as mulheres fazem. Quando as comunidades ficam esvaziadas [pelo êxodo rural], quem fica são as mulheres. Elas criaram a agricultura, vêm fazendo há muito tempo, com conhecimento, ancestralidade e espaço de pertença. Quem está destruindo não somos nós. O que é necessário é ouvir as mulheres.”
	“Você não vai ver nenhuma mulher decretando guerra contra os outros. São nossos filhos que vão para a guerra. É preciso descolonizar a educação, romper formas de pensamento e o jeito que está indo [a humanidade].”

Fonte: Elaborado pela autora.

CONCLUSÃO

Este artigo promoveu uma breve reflexão sobre a questão de gênero na discussão das políticas climáticas globais na UNFCCC. Também entrevistou quatro mulheres ativistas brasileiras, representantes de movimentos pretos periféricos, de mães em defesa do clima, de indígenas e de quilombolas que participaram de pelo menos uma COP entre 2021 e 2022.



É importante ressaltar que os documentos analisados, perfazendo 14 ao todo, representam uma amostra da totalidade de documentos oficiais produzidos na UNFCCC sobre a questão de gênero ao longo de 20 anos de criação da Convenção. Mesmo com limitações de escopo, o presente artigo é capaz de indicar que, embora existam esforços e avanços para a inclusão das mulheres nas tomadas de decisão sobre os rumos da política climática global adotadas nas Conferências do Clima, a paridade de gênero ainda está longe de ser uma realidade. Tal desigualdade, além de estar nos números oficiais, é também percebida por 100% das entrevistadas para esta pesquisa. Elas reconhecem que a participação feminina está crescendo nas conferências, mesmo que nos espaços alternativos, e acreditam que o ativismo climático é um caminho possível para que possam ser ouvidas de forma mais efetiva no futuro.

Ao se verificarem os relatos das entrevistadas sobre as experiências pessoais de participação em Conferências do Clima, a partir de uma análise crítica, é possível perceber que tais vivências contribuem tanto para uma ampliação da própria consciência individual quanto para o entendimento sobre o papel do ativismo climático nessas esferas de debates internacionais. A experiência também contribui para que as participantes ampliem os respectivos leques de opções sobre como se posicionar, enquanto lideranças de movimentos sociais, em futuras conferências da ONU.

Tanto a partir da análise de documentos quanto das entrevistas, é possível verificar que a questão envolvendo gênero e clima, bem como o avanço da implementação de conceitos de justiça climática, justiça intergeracional, protagonismo feminino e paridade de gênero fazem parte das discussões internacionais sobre clima e das percepções das entrevistadas. As consequências de um modelo baseado na dominação (de mulheres e da natureza), conforme Riane Eisler (CPS, 2021), também começam a ser questionadas.

O fato de o artigo ter sido escrito em um curto espaço de tempo, contemplando as informações da recém-encerrada Conferência do Clima do Egito (COP27), pode ter influenciado os resultados. Isso também se dá em relação à percepção das entrevistadas acerca da última conferência, encerrada uma semana antes da finalização deste artigo. Por isso, para avançar nas análises das questões de gênero na UNFCCC, bem como nas percepções de mulheres ativistas climáticas, recomendam-se mais estudos.

REFERÊNCIAS

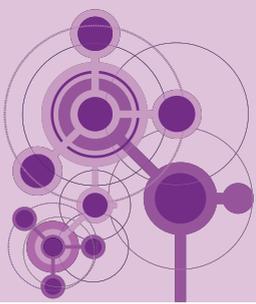
BEHAR, Amitabh. We're not all in the same boat. *The Hindu*, Chennai, 27 jan. 2021. Disponível em: <https://www.thehindu.com/opinion/op-ed/were-not-all-in-the-same-boat/article33669638.ece>. Acesso em: 10 nov. 2022.

BULLARD, Robert D. *Dumping in dixie: race, class, and environmental quality*. 3.ed. Boulder: Westview Press, 2000.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das mídias*. Tradução Angela M. S. Corrêa. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2010.

CLIMATE CHANGE exacerbated heavy rainfall leading to large scale flooding in highly vulnerable communities in West Africa. *World Weather Attribution*, [s.l.], 16 nov. 2022a. Disponível em: <https://www.worldweatherattribution.org/climate-change-exacerbated-heavy-rainfall-leading-to-large-scale-flooding-in-highly-vulnerable-communities-in-west-africa/>. Acesso em: 20 nov. 2022.

CLIMATE CHANGE increased heavy rainfall, hitting vulnerable communities in Eastern Northeast Brazil. *World Weather Attribution*, [s.l.], 4 jul. 2022b. Disponível em: <https://www.worldweatherattribution.org/climate-change-increased-heavy-rainfall-hitting-vulnerable-communities-in-eastern-northeast-brazil/>. Acesso em: 20 nov. 2022.



COP27. *COP27 thematic press release: COP27 thematic gender day urges institution and individuals to act for implementation.* Sharm El-Sheikh: COP27, 2022. Disponível em: <https://cop27.eg/assets/files/thematic-days/gender-day/COP27%20THEMATIC%20GENDER%20DAY%20PRESS%20RELEASE-DOC-01-EGY-11-22-EN.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2022.

CPS. Riane Eisler – A life's work that inspired a movement. [S.l.]: Center for Partnership Systems, 2021. Disponível em: <https://centerforpartnership.org/partnerism-partnership-systems/>. Acesso em: 20 out. 2022.

GÊNERO E CLIMA. *Por que gênero e clima?* Brasília, DF: Observatório do Clima, 2021. Disponível em: <https://generoeclima.oc.eco.br/infografico-porque-genero-e-clima/#>. Acesso em: 16 jan. 2023.

IACOVINI, Rodrigo; VIEIRA, Victor. No mesmo mar, sim, mas não no mesmo barco: desigualdades e mudanças climáticas. *Nexo Jornal*, São Paulo, 22 dez. 2020. Disponível em: <https://pp.nexojornal.com.br/ponto-de-vista/2020/No-mesmo-mar-sim-mas-n%C3%A3o-no-mesmo-barco-desigualdades-e-mudan%C3%A7as-clim%C3%A1ticas>. Acesso em: 20 nov. 2022.

INSTITUTO ALZIRAS (org.). *Perfil das prefeitas no Brasil: mandato 2017-2020.* Rio de Janeiro: Instituto Alziras, 2018.

IPCC. *52nd Session of the IPCC – Decisions adopted by the Panel.* Paris: IPCC, 2020. Disponível em: https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/2021/12/IPCC-52_decisions-adopted-by-the-Panel.pdf. Acesso em: 20 nov. 2022.

IPCC. *Climate change 2022: impacts, adaptation and vulnerability.* Cambridge: Cambridge University Press, 2022a. Disponível em: https://report.ipcc.ch/ar6/wg2/IPCC_AR6_WGII_FullReport.pdf. Acesso em: 30 set. de 2022.

IPCC. *Sixth Assessment Report.* Geneva: IPCC, 2022b. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/assessment-report/ar6/>. Acesso em: 16 jan. 2023.

KALIL, Angélica; FONSECA, Mariamma. *Bertha Lutz e a Carta da ONU.* São Paulo: Veneta, 2022.

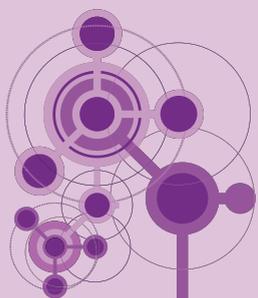
KIMBERLE CRENSHAW – A urgência da interseccionalidade. [S.l.: s.n.], 2017. 1 vídeo (18 min). Publicado pelo canal NegraSoul. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vQccQnBGxHU>. Acesso em: 20 nov. 2021.

LEONE, Cinthia; HISAMOTO, Bruno Toledo; VIANNA, Daniela. Confira avaliações sobre os resultados da Conferência do Clima do Egito. *Brazil Climate Action Hub*, [s.l.], 22 nov. 2022. Disponível em: <https://www.brazilclimatehub.org/confira-avaliacoes-sobre-os-resultados-da-cop27/>. Acesso em: 27 nov. 2022.

LOUBACK, Andréia Coutinho. O paradoxo da justiça climática no Brasil: o que é e para quem? *Portal Geledés*, São Paulo, 4 ago. 2020. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/o-paradoxo-da-justica-climatica-no-brasil-o-que-e-e-para-quem/>. Acesso em: 22 nov. 2022.

LOUBACK, Andréia Coutinho (coord.). *Quem precisa de justiça climática no Brasil?* Brasília, DF: Gênero e Clima: Observatório do Clima, 2022. Disponível em: <https://generoeclima.oc.eco.br/lancamento-quem-precisa-de-justica-climatica-no-brasil/>. Acesso em: 20 out. 2022.

MRFCJ. *Principles of Climate Justice.* Dublin: Mary Robinson Foundation – Climate Justice, 2011. Disponível em: <https://www.mrfcj.org/principles-of-climate-justice/>. Acesso em: 20 nov. 2022.



O QUE É o Protocolo de Quioto. *O Eco*, [s.l.], 26 fev. 2015. Disponível em: <https://oeco.org.br/dicionario-ambiental/28947-o-que-e-o-protocolo-de-quioto/>. Acesso em: 27 nov. 2022.

OLIVERA, Margarita; PODCAMENI, Maria Gabriela; LUSTOSA, Maria Cecília; e GRAÇA, Letícia. *A dimensão de gênero no Big Push para a Sustentabilidade no Brasil: as mulheres no contexto da transformação social e ecológica da economia brasileira*. Santiago: CEPAL; São Paulo: Fundação Friedrich Ebert Stiftung, 2021. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/46643/1/S2000925_pt.pdf. Acesso em: 21 nov. 2022.

ONU. *Acordo de Paris sobre o Clima*. Brasília, DF: ONU, 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/node/88191>. Acesso em: 27 nov. 2022.

ONU. *Causas e efeitos das mudanças climáticas*. Brasília, DF: ONU, 2022. Disponível em: <https://www.un.org/pt/climatechange/science/causes-effects-climate-change>. Acesso em: 10 nov. 2022.

SANTANA FILHO, Diosmar M.; FERREIRA, Andréa J.; GOES, Emanuelle F. *Sumário estratégias para planos nacionais de adaptação: um caso Brasil*. Salvador: Iyaleta, 2022. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1n7mp-6dgl4vitdyP68zH6B4GiYliAzgt/view>. Acesso em: 21 nov. 2022.

THOMAS, Jennifer Ann. O duro recado da ONU às vésperas da COP27. *Veja*, São Paulo, 26 out. 2022. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/agenda-verde/o-duro-recado-da-onu-as-vesperas-da-cop27/>. Acesso em: 29 out. 2022.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

UN WOMEN. *Beijing Declaration and Platform for Action*. Geneva: UN WOMEN, 1995. Disponível em: <https://www.un.org/womenwatch/daw/beijing/pdf/BDPfA%20E.pdf>. Acesso em: 20/11/2022.

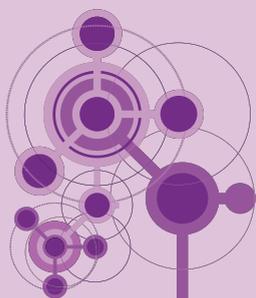
UNFCCC. *Decision 1/CP.13: Bali Action Plan*. Bonn: UNFCCC, 2007. Disponível em: http://www.ciesin.columbia.edu/repository/entri/docs/cop/FCCC_COP13_dec001.pdf. Acesso em: 26 nov. 2022.

UNFCCC. *Decision 23/CP.18: promoting gender balance and improving the participation of women in UNFCCC negotiations and in the representation of Parties in bodies established pursuant to the Convention or the Kyoto Protocol*. Bonn: UNFCCC, 2012. Disponível em: https://unfccc.int/sites/default/files/cop18_gender_balance.pdf. Acesso em: 25 nov. 2022.

UNFCCC. *Decision 36/CP.7: improving the participation of women in the representation of Parties in bodies established under the United Nations Framework Convention on Climate Change or the Kyoto Protocol*. Bonn: UNFCCC, 2001. Disponível em: https://unfccc.int/files/bodies/election_and_membership/application/pdf/decision_36_cp7.pdf. Acesso em: 20 nov. 2022.

UNFCCC. *Decision -/CP.27: Sharm el-Sheikh implementation plan*. Bonn: UNFCCC, 2022a. Disponível em: https://unfccc.int/sites/default/files/resource/cop27_auv_2_cover%20decision.pdf. Acesso em: 22 nov. 2022.

UNFCCC. *Fact sheet: the Kyoto Protocol*. Bonn: UNFCCC, 2011a. Disponível em: https://unfccc.int/files/press/backgrounders/application/pdf/fact_sheet_the_kyoto_protocol.pdf. Acesso em: 20 nov. 2022.



UNFCCC. *Gender composition and progress on implementation* – report by the secretariat. Bonn: UNFCCC, 2022b. Disponível em: https://unfccc.int/sites/default/files/resource/cp2022_03E.pdf. Acesso em: 22 nov. 2022.

UNFCCC. *Nationally determined contributions under the Paris Agreement* – synthesis report by the secretariat. Bonn: UNFCCC, 2022c. Disponível em: https://unfccc.int/sites/default/files/resource/cma2022_04.pdf. Acesso em: 29 out. 2022.

UNFCCC. *Report of the Conference of the Parties on its sixteenth session, held in Cancun from 29 November to 10 December 2010*. Addendum. Part two: action taken by the Conference of the Parties at its sixteenth session. Bonn: UNFCCC, 2011b. Disponível em: <https://unfccc.int/resource/docs/2010/cop16/eng/07a01.pdf#page=7>. Acesso em: 25 nov. 2022.

UNFCCC. *Report of the Conference of the Parties on its twentieth session, held in Lima from 1 to 14 December 2014*. Addendum. Part two: Action taken by the Conference of the Parties at its twentieth session. Bonn: UNFCCC, 2015. Disponível em: <https://unfccc.int/documents/8613>. Acesso em: 20 nov. 2022.

UNFCCC. *Report of the Conference of the Parties on its twenty-fifth session, held in Madrid from 2 to 15 December 2019*. Addendum. Part two: action taken by the Conference of the Parties at its twenty-fifth session. Bonn: UNFCCC, 2020. Disponível em: https://unfccc.int/sites/default/files/resource/cp2019_13a01E.pdf. Acesso em: 20 nov. 2022.

UNFCCC. *Report of the Conference of the Parties serving as the meeting of the Parties to the Paris Agreement on its third session, held in Glasgow from 31 October to 13 November 2021*. Addendum. Part two: action taken by the Conference of the Parties serving as the meeting of the Parties to the Paris Agreement at its third session. Bonn: UNFCCC, 2022d. Disponível em: https://unfccc.int/sites/default/files/resource/cma2021_10_add1_adv.pdf. Acesso em: 20 nov. 2022.

WESTERN North American extreme heat virtually impossible without human-caused climate change. *World Weather Attribution*, [s.l.], 7 jul. 2021. Disponível em: <https://www.worldweatherattribution.org/western-north-american-extreme-heat-virtually-impossible-without-human-caused-climate-change/>. Acesso em: 27 nov. 2022.

WGC. *About us*. [S.l.]: WGC, [201-?]. Disponível em: <https://womensgenderclimate.org/about-us/>. Acesso em: 22 nov. 2022.

Artigo recebido em 10/01/2023 e aprovado em 24/02/2023.